

11 de Setembro do ano passado, os Americanos tiveram a sorte de contar com um Presidente inclinado a ver as coisas em contrastes simples. Esta predisposição, que até aí prejudicara George W. Bush no trato com o resto do mundo, revelou-se preciosa para lidar com o ataque a Manhattan. A hora não era para *nuances*, especulações e incertezas da vontade. Instintos e sentimentos seguros, articulados com firmeza, servidos pela prosa enxuta do discurso ao Congresso de 20 de Setembro, fizeram de George W. o chefe de que a América precisava nessa altura. O Presidente percebeu a natureza do ataque e preparou a resposta devida com rapidez, clareza e determinação. A decisão de chamar guerra ao que se estava a passar – criticada por juristas e estudiosos de assuntos militares – foi crucial para consolidar o apoio popular que lhe deu carta branca na preparação da sua política anti-terrorista. Teria sido difícil para os Americanos admitirem que agressão tão brutal não fosse considerada um acto de guerra e que, assim provocada, a América não se considerasse ela própria em guerra, independentemente do contorno jurídico exacto dos acontecimentos. Viver em guerra não é o mesmo que viver em paz e a energia indignada do país malferido foi mais bem canalizada assim por um comandante supremo em quem as pessoas depositaram confiança. Nos dias e semanas a seguir ao ataque, estabeleceu-se no povo americano e no mundo em geral a convicção de que George W. Bush estava à altura da responsabilidade que inesperadamente lhe coubera.

Ao contrário do que foi moda marxista supor e ainda é politicamente correcto pretender, as pessoas contam na história e em momentos de aperto dá-se mais por isso do que noutros. Em Setembro de 1939, quando a guerra começou na Europa, o primeiro-ministro Chamberlain sentiu-se obrigado a chamar para o Governo Churchill, opositor do Acordo de Munique de 1938, em que França e Reino Unido tinham abandonado a Checoslováquia aos desígnios alemães. Em Maio de 1940, Chamberlain demitiu-se e Churchill foi nomeado primeiro-ministro¹, o que fez toda a diferença. Sem ele, Hitler teria ganho a guerra.

Em 2001, nos Estados Unidos, não foram precisas mudanças de pessoal dirigente. Seria sempre vão imaginar como tudo se teria passado sob outro

presidente, mas o importante é que ninguém se meteu a fazê-lo. De repente, George W. Bush, sobre cuja fibra presidencial houvera antes a maior das dúvidas nos Estados Unidos e no estrangeiro, revelara recursos insuspeitados de chefia.

Chefia segura em Washington inspirou outras. Pela primeira vez o artigo 5 do Tratado de Washington foi evocado no Conselho do Atlântico Norte. Ninguém alguma vez pensara que essa estreia, se viesse a chegar, tivesse por causa uma agressão aos Estados Unidos. Quando o tratado fora concebido e assinado em 1949, receava-se que os Estados Unidos tivessem um dia de socorrer aliados europeus atacados pela União Soviética (o artigo 5 lembrava à União Soviética o risco de intervenção americana que correria se atacasse um aliado europeu da NATO). Mas foi o ataque a Manhattan que desencadeou a sua evocação: 18 países solidarizaram-se formalmente com os Estados Unidos em menos de 48 horas, um tempo recorde de deliberação – decisões muito menos importantes do Conselho têm levado meses a ser tomadas, e outras não o chegam a ser por falta de unanimidade. Chegara a hora da verdade que parecia pura e simples.

Uma guerra diferente das outras

Infelizmente, como escreveu Oscar Wilde, a verdade raras vezes é pura e nunca é simples. Os Estados Unidos estavam em guerra (e nós, de certa maneira, também), mas tratava-se de uma guerra diferente das outras. Depressa as coisas se mostraram muito complexas, interesses contraditórios emergiram no que parecera ser um interesse único – e Bush, bem entendido, não é Churchill. Desenharam-se três problemas principais. Primeiro: Bush partira para a destruição da Al-Qaeda, mas declarara guerra ao terrorismo. Ora o terrorismo, seja ele tático ou estratégico, é um método de luta e não um objectivo político. É sempre condenado na altura, pelo menos pelo lado das vítimas, mas não marca necessariamente para sempre os seus protagonistas. Nelson Mandela, por exemplo, a figura de que me lembro mais perto de um santo humanista entre os homens de Estado contemporâneos, foi tirado da cadeia por De Klerk quando lá cumpria pena de prisão perpétua por conspirar para derrubar violentamente

o regime: tinham sido apreendidos explosivos e planos de guerrilha. O aliado europeu mais eloquente e chegado de Bush, Tony Blair, conduz há anos negociações com ex-terroristas do IRA, alguns agora com assento no Governo da Irlanda do Norte; muitos membros do Congresso americano, de resto, ajudaram a recolher dinheiro para o IRA, embora soubessem que parte desse dinheiro iria ser gasto em armas e explosivos. Um primeiro-ministro de Israel (Menahem Begin) participara na sua juventude no terrorismo mortífero de uma associação secreta judia contra a Administração britânica da Palestina e as Nações Unidas. A atitude reducionista de Bush – o terrorismo é mau, todos os que o pratiquem ou ajudem a praticá-lo são maus, e contra todos eles se travará guerra sem quartel e sem fim – é moralmente respeitável mas intelectualmente obtusa e politicamente inepta. O discurso sobre o «eixo do mal» – Irão, Iraque, Coreia do Norte – roçou a incoerência. O *speech-writer* responsável veio a ser despedido, mas a perda de crédito ficou com o Presidente. Sobretudo no mundo árabe, mas não só aí, a grande aliança contra Al-Qaeda, difícil em qualquer circunstância, sofre com tanta inépcia. Entre aliados europeus, avaliações diferentes (e às vezes mais sensatas) de riscos e estratégias obscurecem o acordo de princípio com os Estados Unidos. Em países muçulmanos, mesmo quando os gabinetes ministeriais e os palácios das famílias reinantes condescendem em separar a causa justa das maneiras de lutar por ela, a rua não faz essas distinções. O meu amigo Tom Friedman viu em Jacarta uma rapariga com uma *T-shirt* de Bin Laden e um boné de basebol americano. Este é um dos casos menos maus – na maioria dos outros não há boné ianque, há só a efígie de Bin Laden, herói que abandonou uma vida de privilégio para combater o Satã americano. Um grande poder desperta sempre hostilidade (a expressão «pérfida Albion» vem do tempo em que a Inglaterra mandava no mundo) e os Estados Unidos não escapam a esse destino. Mas a extensão e profundidade do antiamericanismo islâmico impressionam. Este seria inevitável nas partes mais fundamentalistas do Islão, cuja visão do mundo é directamente posta em causa por quase tudo quanto associamos aos Estados Unidos, da Declaração de Independência às fantasias de Hollywood (embora se

assemelhe ao credo do eleitorado cristão dos «subúrbios bíblicos» do Sul do país). Noutras partes, todavia, nas partes mais progressivas e menos arredadas do Século europeu das Luzes, não teria forçosamente de ser assim. A questão vem detrás, mas o reducionismo de Bush agravou-a.

A erosão da credibilidade americana

O segundo grande problema enxerta-se no primeiro. Para se espaldar no combate contra a Al-Qaeda, Washington quis assegurar-se do apoio de governos árabes moderados e passou-lhes a mão pelo pêlo, declarando-se formalmente a favor da existência de um Estado palestino, o que nenhuma Administração americana até agora fizera. Ao mesmo tempo, porém, embalado na sua guerra contra o terrorismo, sob pressão do *lobby* judaico e da direita fundamentalista cristã de que o Partido Republicano precisa para ganhar eleições e que, facto novo, de anti-semita passou a apoiante entusiástico de Israel², consentiu em que Sharon quase aniquilasse Arafat e a Autoridade Palestiniana. Durante alguns meses, a Administração em Washington parecia considerá-los inspiradores e praticantes de terrorismo e, por isso, irrecuperáveis e merecedores da punição que estavam a receber. Isto é, por um lado, Washington fez subir dramaticamente as expectativas dos Palestinos quanto à conquista da sua independência mas, por outro lado, ao desautorizar e humilhar Arafat – Bush recusou-se a recebê-lo – e ao não se opor ao desmantelamento brutal do seu Governo, invalidou os canais institucionais de expressão palestina e tornou inevitável o recrudescimento do terrorismo. O eterno guerrilheiro Arafat e o eterno trauliteiro Sharon são co-responsáveis pela deterioração do último ano e meio mas a atitude de Bush deu-lhes ajuda inestimável. O contraste sem penumbras, preto no branco, do mundo visto pelo Presidente a 12 de Setembro foi essencial para fazer arrancar bem a guerra americana – mas, nesta guerra diferente das outras, essa falta de subtilidade tem vindo depois a prejudicar muito. Quando Bush começou a perceber que tinha de implicar os Estados Unidos a fundo na questão do Médio Oriente e que Arafat era interlocutor palestino obrigatório, Israel convencera-se de que não precisava de satisfazer os pedidos de Washington, e o Congresso americano

– Senado e Câmara dos Representantes –, em resoluções não executivas (*non binding*), mas simbolicamente importantes, apoiara esmagadora e incondicionalmente Sharon. Vai ser, afinal, preciso negociar com terroristas e a Casa Branca entra no terreno com a sua estatura diminuída por, tendo transigido tanto tempo com Sharon, encontrar agora dificuldades suplementares em o meter na ordem e por, depois de tantos ziguezagues, não aparecer a uns e a outros – a israelitas e a palestinos, à União Europeia e aos países árabes – como mediador de inteira confiança e objectivos claros. Embora o pessoal de George W. se refira à «visão» deste a propósito de tudo e de nada (para esconjurar a lembrança do dia famigerado em que Bush pai dissera não ter «essa coisa da visão» – *the vision thing*), o Presidente não tem revelado apreciação coerente do problema nem projecto de solução viável. Sob esse vazio – que será em parte fruto de ignorância e de inexperiência, mas também da necessidade de satisfazer clientelas que contarão para a sua reeleição –, Pentágono, Conselho Nacional de Segurança e Departamento de Estado, com acesso directo ao chefe, procuram fazer valer as suas preferências, às vezes contraditórias. O resultado é desordem no processo e fraca credibilidade.

O fosso nas relações euro-americanas

O terceiro problema é, de longe, o mais grave de todos. Com algumas intermitências, eu lidei com relações euro-americanas desde 1984, parte do tempo directamente. Apesar do sobressalto do 11 de Setembro ter criado uma curta ilusão de harmonia, não me lembro de o fosso entre os dois continentes ser tão largo e fundo quanto o é agora. Desde a sua tomada de posse, em Janeiro de 2001, a Administração Bush tomara uma série de opções unilateralistas, desagradáveis para os Europeus, em campos muito diversos: recusa dos protocolos de Quioto, intenção de denunciar o Tratado ABM, intenção de «desassinar» o tratado criando o Tribunal Penal Internacional, posição muito crítica na conferência das Nações Unidas sobre as pequenas armas de fogo, oposição ao protocolo destinado a reforçar a convenção sobre armas biológicas e tóxicas de 1972. Era como se a nova Administração quisesse libertar os Estados Unidos de tantos compromissos internacionais quanto possível (e

houve no State Department gente posta a reler tudo quanto fosse tratado, convenção, etc., na mira de identificar os «abandonáveis»). O 11 de Setembro pareceu suspender brevemente tudo isto. No fito de construir a grande aliança contra o terrorismo, os Estados Unidos desfizeram-se em declarações e gestos de apreço e consideração por outros países. O grosso das quotas em dívida às Nações Unidas foi pago (a negociação com o Congresso fora feita durante o último ano da Administração Clinton, mas o ataque às torres deu uma aceleradela brusca no processo). As opiniões de aliados, parceiros, amigos de circunstância pareciam ser escutadas com atenção nova. Mas depressa o instinto unilateralista da maioria da gente de Bush tornou a levantar a cabeça. O artigo 5 fora evocado – não por iniciativa dos Estados Unidos – e demonstrara solidariedade política. Mas os Americanos, marcados pela experiência do Kosovo, não queriam outra guerra conduzida por uma comissão internacional e não precisavam, militarmente, das ajudas que os Europeus lhes pudessem dar. A campanha do Afeganistão foi planeada e executada praticamente só pelos Americanos – com uma pequena participação inglesa, sobretudo em operações especiais e um pequeníssimo contributo francês. O resto era puramente simbólico. De entrada tudo isto, duro em si mesmo para os Europeus, foi tratado ainda por cima pelos Americanos quase com má criação (mais tarde as maneiras e as relações entre os aliados melhoraram). As questões fulcrais da Aliança, porém, tinham tornado a ser expostas e continuavam por resolver: como fazer operações militares sob o controlo civil de uma organização multilateral que toma decisões por consenso; como fazer operações conjuntas quando o nível tecnológico de armas e sistemas de uma das partes é tão mais alto do que os das outras que não há interoperacionalidade significativa³.

A NATO era e continua a ser o fórum, por excelência, para o debate euro-atlântico de segurança, e estas questões são lá discutidas diariamente. Mas a evocação do artigo 5 e as peripécias que se lhe seguiram puseram vivamente em evidência a distância entre as boas intenções retóricas e as disposições práticas dos governos europeus em matéria militar – a má «partilha do fardo», razão de queixa antiga e amarga dos americanos.

O que veio a seguir foi pior. Para cair nas boas graças de patrões e sindicatos siderúrgicos e procurar não perder votos nos estados de Pensilvânia, Ohio e Virgínia Ocidental, vitais para os republicanos na eleições para o Congresso deste Outono, Bush impôs, em Março, direitos aduaneiros a quase todas as importações de aço dos Estados Unidos, incluindo as da União Europeia. A medida, um disparate económico, vai contra os seus protestos de paladino do comércio livre, prejudica o consumidor e outras indústrias nos Estados Unidos, abre um conflito comercial sério com a União Europeia e leva mais uma pendência à Organização Mundial do Comércio. E em Maio, também para ganhar votos, e contra todas as suas profissões de fé na globalização, quase dobrou os subsídios à agricultura, fazendo da agricultura americana a mais escandalosamente protegida do mundo. Numa altura em que Washington procura convencer todos os países seus amigos a colaborarem na «guerra contra o terrorismo» e tem obtido cooperação muito vantajosa de várias polícias europeias, pareceria contraproducente ir prejudicar alguns desses países com medidas deste jaez. Só eleitoralismo descarado a explica, mas nem a argumentação cerrada de Tony Blair – o único europeu com alguma influência em Crawford, Texas – convenceu George W. a mudar de rumo. «Toda a política é política local», disse, famosamente, Tip O'Neill. Deveria acrescentar-se: a nossa, se formos fortes; se não formos, a de quem o seja. E, neste começo de século, comparada com os Estados Unidos, a Europa é fraca.

Unilateralismo americano que não amaina (a «desassinatura» do tratado que cria o Tribunal Penal Internacional foi declarada há dias, para espanto quase geral, indignação de muitos e uma declaração tersa de Solana, pela União Europeia⁴); distância crescente entre as capacidades militares europeias e americanas, em grande parte devida à relutância sorna dos Europeus de se armarem capazmente; rivalidades comerciais impiedosas, surdas a interesses mais gerais, seriam suficientes para preocupar quem, como eu, pense que o *tandem* Estados Unidos-Europa constitui um pólo de decência e de garantia de decência (se eu tivesse o pendor imagístico de George W., chamar-lhe-ia o «eixo do bem») e que o seu enfraquecimento

teria consequências funestas para o estado do mundo. Mas o fosso entre os Estados Unidos e a Europa alarga-se por outra razão ainda: o conflito israelo-palestino.

O conflito israelo-palestino

Em termos simples: os Estados Unidos são pró-Israel; a Europa é pró-Palestina. De certa maneira foi sempre assim, mas até agora havia lugar, em cada um dos lados, para um leque de posições das extremas às moderadas, que resultava numa vasta área de sobreposição. Já não é o caso. De um lado do Atlântico, a mulher do governador do Banco Central Europeu hasteia a bandeira da Palestina da varanda da sua casa em Amesterdão; um Prémio Nobel da Literatura evoca Auschwitz a propósito da repressão israelita em Jenin; os jornais e as televisões dão muito mais importância às incursões israelitas nos territórios ocupados do que aos atentados suicidas que as desencadeiam; multiplicam-se actos de vandalismo contra sinagogas e cemitérios judeus em França, na Alemanha, na Eslováquia, em Inglaterra; o anti-sionismo da esquerda começa a roçar o anti-semitismo e ouvem-se vozes pondo em causa a legitimidade do estabelecimento do Estado de Israel. Do outro lado do Atlântico, o apoio maciço do Congresso a Sharon⁵ reflecte ambiente tal que quando Paul Wolfowitz, vice-ministro da Defesa mandado por Bush discursar numa grande manifestação pró-israelita em Washington, disse a certa altura que palestinos inocentes também sofriam, foi apupado. Judeus americanos liberais receiam exprimir-se publicamente; os poucos que o têm feito nos jornais recebem correio, postal e electrónico, odioso. Num espírito parecido com aquele em que dissidentes soviéticos passavam *samizdats* uns aos outros, reúnem-se quase às escondidas, circulam entre si textos de palestras feitas a pequenos grupos, acusam jornais, rádios e televisões americanas de parcialidade (a maioria pró-sharonista também, mas na direcção oposta) e dizem que para saber o que realmente se passa no Médio Oriente é preciso ouvir a BBC. Embora Bush tenha desejado oficialmente a independência da Palestina, muitos americanos estão com Sharon e entendem que a questão «não é para ser discutida agora». A equação moderada, base dos Acordos de Oslo, paz em troca de terra, mais precisamente, fim do terrorismo, por um

lado, e desmantelamento dos colonatos por outro, que passará por bom senso elementar a quase todos os ouvidos europeus – e é a linha oficial da Casa Branca –, está longe de parecer evidente a muitos eleitores e «formadores de opinião» nos Estados Unidos. Para esses, os colonatos e as estradas que os ligam entre si, retalhando a Margem Ocidental, nominalmente palestina, são prolongamentos necessários da fronteira de Israel, dando-lhe a profundidade estratégica de que ela precisa e, se implicarem o adiamento *sine die* do estabelecimento de um Estado palestino, paciência. Há na Europa quem entenda que o Estado de Israel não deveria existir e ache que Sharon quer expandi-lo para impedir a criação de um Estado palestino; há nos Estados Unidos quem entenda que um Estado palestino não deveria ser criado e ache que Arafat está apostado na destruição de Israel, cuja existência nunca realmente aceitou. Em suma, as opiniões dividem-se claramente em dois grupos opostos e intolerantes, um de cada lado do Atlântico⁶.

Acresce a tudo isto a fraqueza relativa da Europa, apesar da sua quase equiparação económica com os Estados Unidos. Falta-lhe poder militar porque lhe falta poder político e, nos últimos meses, a miragem desse poder – de um estado federal europeu ou, pelo menos, de uma confederação disposta de política externa única – parece ainda mais ilusória. A grande *jacquerie* eleitoral que se espalha como um fogo no mato e está a atirar populistas de credenciais democráticas duvidosas para o Poder, ou para a beira dele, é contra a emigração, mas é sobretudo contra a «classe política», cada vez menos capaz de entender o que as pessoas sentem. A Comissão e o Parlamento europeus são o topo simbólico dessa classe (simbólico e pouco operacional, mas «em política, o que parece é»). Por isso, a *jacquerie* é ferozmente contra a «Europa». O euro sobreviverá porque dá jeito ao comércio e ao turismo, o alargamento levará muito mais tempo do que previsto e o aprofundamento – mais Bruxelas e menos pátrias – será atirado para as calendas gregas, *pace* Giscard d'Estaing e os seus engenheiros institucionais. Isto cairá mal do outro lado do Atlântico. Depois de ter tido o seu país arrastado para duas grandes guerras por brigas europeias, a grande maioria dos políticos americanos – sejam eles isolacionistas, unilateralistas ou multilateralistas – gostaria de ver uma

Europa unida e de tratar com ela. É também uma preferência ideológica, ligada porventura à sua própria experiência, e sobrepõe-se às vantagens de lidar com várias vozes fracas em vez de lidar com uma só voz forte. Ao verem que essa Europa está muito mais longe de vir a existir do que conversas com os seus pares europeus os teriam animado supor, sentem-se desiludidos e desapontados. E isto acontece numa altura em que jornais, rádios e televisões americanas exageram todos os dias o recrudescimento do anti-semitismo na Europa. Vista do outro lado do Atlântico Norte, a Europa parece outra vez entregue aos demónios da sua história.

Aqui há anos no State Department, falando de defesa europeia e relações transatlânticas, rematei uma tirada dizendo:

«Você sabe, a Europa é um lugar complicado...».

«Então não sei?», respondeu o meu interlocutor. «É por isso que nós lá estamos!»

Zelar pelo «eixo do bem»

Quando vou à East Wing da National Gallery, em Washington, começo sempre pela sala discreta, à esquerda, no rés-do-chão, que alberga umas três dúzias de pequenos quadros de impressionistas franceses, doados por milionários americanos que os compraram há cem anos por gosto e pelo preço da chuva. Há lá sempre muita gente, quase toda americana. Também em Washington está a Phillips Collection. E a Frick Collection e a Morgan Library em Nova Iorque. E o museu da Universidade de Yale em New Haven. E por aí fora. O pensamento e a sensibilidade das elites dos Estados Unidos foram formados por monumentos da cultura europeia, na filosofia, nas artes, nas letras, na música. Foram e continuam a sê-lo. O que não impediu que, nos últimos cem anos, tivessem sido precisas duas grandes guerras para cimentar esses laços – guerras, de resto, em que os Estados Unidos entraram contra a opinião de parte considerável dos seus cidadãos, aliados a uma parte da Europa para derrotar outra. Hoje as confrontações são diferentes, não se sabe bem como lidar com elas e a história ajuda pouco, não porque não nos possa dar lições mas, pelo contrário, porque nos pode dar lições de mais. De maneira que é difícil futurar. Há passagens em que a distância entre as duas costas do

Atlântico parece alargar-se, estamos a atravessar uma delas e não sei por quanto tempo continuará o afastamento. Uma vez julgo que por pouco, pois os valores são os mesmos dos dois lados, há muitos interesses coincidentes e a aproximação traria vantagens para todos; outras vezes julgo que a desproporção de forças se tornou tão grande que, de um lado e do outro, tornar a reforçar os laços será difícil. A Administração Clinton afinara a arte de disfarçar o poder americano⁷; a Administração Bush atira com ele à cara do mundo e a reacção espontânea dos Europeus – mesmo a dos que não são anti-americanos – é hoje defensiva. Os Americanos, por seu lado, vivem quase esquecidos de que a Europa existe e são lembrados dela de maneiras cada vez mais exasperantes: se a queima de MacDonalds era má, a queima de sinagogas é muito pior.

Mau grado estes dissabores, continuo convencido de que há mais em comum entre Europeus e Norte-Americanos do que entre qualquer dos dois e qualquer outro grande grupo geográfico e cultural – Africanos, Chineses, Latino-Americanos, Árabes, Indianos, Japoneses – e de que os dois têm vantagem – como tiveram durante a Guerra Fria – em agir e reagir juntos. Há muitos anos que isto me parece evidente; em alturas anteriores de crise transatlântica, achei que essa evidência se sobreporia a mal-entendidos e a divergências subalternas e, até agora, assim aconteceu. Desta vez, porém, não estou tão seguro. Receio que o zelo atribulado posto na destruição do «eixo do mal» distraia dos cuidados necessários à manutenção do «eixo do bem».

Princeton, Maio de 2002

NOTAS

¹ A 10, depois de Lord Halifax, inclinado a explorar possibilidades de fazer as pazes com Hitler, ter recusado na véspera o convite do rei Jorge VI. Por uma unha negra...

² Uma parte dessa direita, importante no Sul e no Sudoeste dos Estados Unidos, com membros no Senado e na Câmara dos Representantes, está convencida de que quando a Terra Santa for toda reocupada pelos judeus, a profecia bíblica será cumprida e Cristo voltará à Terra. Apocalíptica por natureza, andou um pouco à deriva depois de lhe faltar o «Império do Mal» (Reagan dixit, vulgo União Soviética) e agarrou-se agora ao conflito israelo-árabe.

³ Por outras palavras, a evocação do artigo 5 mostrou que a NATO é ainda um instrumento vigoroso de solidariedade política, mas mostrou também que, para além da expressão desta, a organização terá grande dificuldade em agir, salvo em operações de manutenção de paz como a SFOR na Bósnia ou a KFOR no Kosovo, em que não há combates reais a travar nem guerra real a ganhar. Em conflitos armados futuros parece cada vez menos provável que ela venha a ser empregue, a não ser como um «chapéu» legitimador perante opiniões públicas, dando cobertura a «coligações de boa vontade» e disponibilizando caso a caso alguns dos seus meios.

⁴ O que mais agasta não é a discordância do tratado em si, contra o qual há bons argumentos, mas a fanfarronice de voltar atrás só para mostrar indiferença pelos outros, pois a assinatura sem ratificação não obrigava os Estados Unidos. Entretanto a Câmara dos Representantes vota legislação, obrigando Washington a cortar ajuda militar a governos que aceitem o tribunal e a fazer operações militares para libertar americanos eventualmente presos à ordem daquele (um raide a Haia no estilo do raide a Entebe?). A Casa Branca de Bush, ciosa da sua base eleitoral mas mais consciente do que os congressistas das reacções do resto do mundo, negociou afanosamente tantas isenções que a lei não terá efeitos práticos. Mas que tenha sido votada, é obra.

⁵ Oitenta e cinco por cento dos judeus americanos votam no Partido Democrático e 15 por cento no Partido Republicano mas muitos senadores e membros da Câmara dos Representantes deste último recebem apoios financeiros de organizações judias para as suas campanhas eleitorais.

⁶ Um atentado suicida no Paquistão (8 de Maio), atribuído provisoriamente à Al-Qaeda, matou pelo menos dez franceses. É provável que tal contribua para uma melhor compreensão das atitudes israelitas na Europa, ou pelo menos em França.

⁷ Por exemplo: Clinton assinou os protocolos de Quioto, sabendo que nenhum senador os aceitaria, e, num dos últimos dias da sua presidência, o tratado criando o Tribunal Penal Internacional, que tão-pouco poderia passar no Senado.